



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 019/2024

(Plenária virtual)

Aos vinte seis dias do mês de junho de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente o CMDCA**; Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; João Batista Machado da Rocha e João da Luz, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Denise Souza Costa, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Luciane Escolto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Francyne Rosa, **CEA**; Andréia Brito Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Sônia Silvestrin, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo Comui-CMDCA/SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

31 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
32 **Comissão de Finanças;**

33 **3. Informes.**

34 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

35 **1. ABERTURA;**

36 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
37 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok, pessoal, vamos iniciando. Então, boa
38 tarde. Vamos iniciando mais uma plenária. Hoje é aberto para o Conselheiro Tutelar poder
39 participar também, para o Conselho poder participar, o Conselho Tutelar. Acho que ainda não
40 entrou aqui. A gente vai aguardando, se ele entrar, bem-vindo também, sem problema nenhum.
41 Tá? Paulo, eu queria ver contigo, agora a gente estava numa reunião da OAB, eles falaram
42 sobre a, a, as, os retornos da micro um e da micro dois, e quando que vão retornar e coisas
43 assim, do Conselho Tutelar, que a gente aproveita esse momento para falar um pouquinho. E
44 tu pode dar um parâmetro para nós como é que tá? **Paulo Meira, Secretaria Municipal de**
45 **Desenvolvimento Social – SMDS:** Uhum. Posso sim. Uma boa tarde a todos aí. Um prazer
46 vê-los novamente. Então, na, vamos começar pela micro um. A micro um, então, foi feita a
47 limpeza, né? Depois nós fizemos um orçamento para recuperar a ação do espaço. E a
48 proprietária do imóvel já contratou uma empresa, uma prestadora de serviço para fazer o
49 reparo de tudo aquilo que é referente à estrutura. E na sequência nós vamos fazer os reparos
50 que são necessários como divisórias, readaptação da, da rede lógica, etc. para ter condição de
51 operação. Então nós dividimos a recuperação daquele espaço em fases. E, e basicamente foram
52 três fases. Na primeira fase, já nos próximos 10 dias talvez, a micro região deve estar de volta
53 ao território, ocupando a parte de cima da casa, para quem conhece aquele espaço, né? Então
54 a gente vai restabelecer a parte da internet, que já está contratada pela PROCEMPA, com
55 orçamento autorizado, etc., para fazer a manutenção. A rede elétrica da parte de baixo já foi
56 substituída. Então a gente não tem mais problemas de energia no espaço. E, então a gente
57 ocupa a parte de cima e na, e nesse mesmo terreno do prédio tem uma, uma pequena
58 construção nos fundos do espaço que a gente vai recuperar junto com a parte de cima para ter
59 uma sala de atendimento para, para, para quem tiver alguma necessidade especial, tendo em
60 vista que para subir naquele espaço da, do piso superior, o acesso é por escadas. Então nesse
61 primeiro momento eu diria, nos próximos 15 dias estamos de volta lá no espaço, com a parte
62 de cima e a parte dos fundos recuperada. Aí depois a gente começa a recuperação de uma

63 parte central que é utilizada hoje como se fosse um espaço de convivência, lazer e cozinha. E
64 por último, a gente faz a parte da frente, que era a parte mais operacional de salas de
65 atendimento. E essa deve, ele deve ficar pronta segundo o cronograma do prestador de serviço
66 em torno de uns 40 dias mais ou menos. Ou seja, no máximo em dois meses a gente tá,
67 integralmente de volta e em pleno funcionamento lá o CT, com todas as estruturas
68 devidamente recuperadas. E aí no CT dois. CT dois, então nós estávamos negociando um
69 espaço para, para, para provisoriamente instalar a micro região dentro do, do respectivo
70 território. E aí nós encaminhamos como fase do processo um laudo junto à Fazenda Municipal.
71 E esse laudo apontou uma divergência entre os valores de locação e a pretensão locatícia do
72 proprietário do imóvel. E este parecer ele é importante porque nós temos no máximo uma
73 margem de 15% para, para trabalhar. Então nós não tivemos a possibilidade de contratar esse
74 espaço por conta de uma diferença bem significativa dos valores de pretensão e laudo, mesmo
75 flexibilizado com esses 15%. E, e aí nós tivemos uma outra situação que é a seguinte: nesse
76 meio tempo as águas baixaram, o imóvel já foi todo limpo, né? Devidamente limpo. Já se viu
77 que os estragos, eles eram muito mais de natureza de máquinas, equipamentos, utensílios, etc.
78 do que propriamente da estrutura, de modo que para recuperar o espaço todo deve demorar
79 em torno de três meses, três a quatro meses. Ocorre que nesse meio tempo, então a, a micro
80 dois vai precisar ficar localizada no, na mesma micro região lá da 10, muito embora seja fora
81 do território, porque nós tentamos próprios do município na, dentro da microrregião dois e
82 não localizamos. Até porque dentro da micro região várias pastas de órgãos, instituições,
83 enfim, tiveram o mesmo problema da micro dois e nós, não, não tiveram como nos absorver.
84 Então o que, o que ocorre? Se nós, mesmo se nós achássemos o local apropriado hoje para
85 fazer a eventual locação dentro e localizar, encaminhar a contratação, contratar efetivamente e
86 depois dotar de tecnologia para, para deixar operacional e por fim fazer a mudança, a gente tá
87 falando de três a quatro meses, que seria o mesmo tempo que a sede própria do CT estaria
88 pronta. Ou seja, não existe viabilidade técnica, econômica e operacional, né? E racional talvez
89 seja importante, de, que justificasse a contratação de um espaço, na medida em que a, a sede
90 original vai estar pronta no mesmo prazo que estaria apto para, para ocupar um espaço locado.
91 Ou seja, nós teríamos o espaço locado e quando pudesse ser usado, ele já teria que voltar para
92 a cidade antiga e nós teríamos locado por um ano. Não tem por que fazer isso. E aí, e aí tem
93 ainda um investimento de, de mudança, de adequação com a PROCEMPA, que é, que é
94 relativamente cara. Então não vale a pena. Então é um esforço que a gente vai ter que fazer.
95 Então para finalizar a questão da micro dois, o que nós combinamos com eles? Já que o

96 esforço de ficar naquele espaço apertado e com uma condição limitada, por conta de estarem
97 trabalhando duas micro regiões num mesmo espaço, a gente vai tentar dotar esse espaço de
98 condições melhores para que eles possam minimamente trabalhar. Hoje nós temos lá um
99 computador e duas mesas para eles trabalhar. Então a gente vai colocar mais pontos lógicos,
100 mais mesas e mais computadores, a ponto deles conseguirem trabalhar em maior número no
101 espaço. Acho que era basicamente isso, Presidente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
102 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
103 **CMDCA:** Ok, Paulo, obrigada pelo retorno, que eu acho que é interessante a gente sempre
104 deixar claro quais as ações que a gente tá fazendo. Uma outra questão que me perguntaram
105 esses dias, da micro três, se já estão fazendo a redivisão do território. **Paulo Meira,**
106 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Não, na verdade o que tá
107 acontecendo? Nós tivemos uma reunião na quinta-feira passada com a coordenação dos
108 Conselhos Tutelares. E nós inclusive trouxemos para eles naquela oportunidade que por
109 indicação do CMDCA e foi sugerida a formação de um grupo de trabalho para tratar desta
110 redivisão do território, para que se abra oportunamente, criar mais micro regiões de acordo
111 com, com esse incremento populacional. Então, eles informaram para gente que *pari passu*,
112 independentemente desta nova divisão territorial, as coordenações estavam reunidas para
113 discutir dentre as atuais micro regiões, quais territórios eventualmente uma poderia atender
114 no lugar da outra, até por uma afinidade geográfica de ser muito mais próximo da sede e por
115 serem demandados efetivamente por, por a, por aqueles públicos, né? Das outras micro
116 regiões. Então eles fariam tipo um acordo de cavalheiros provisório para poder delimitar essas
117 áreas de atuação, mesmo em detrimento dessa questão da regionalização que nós temos hoje.
118 Mas efetivamente não vai acontecer separado da micro três, deve acontecer, de todos os
119 territórios quase que de uma forma simultânea, por intermédio desse grupo de trabalho deles.
120 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
121 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E aquela orientação que a Doutora Maria
122 Augusta fez, a recomendação de chamar mais 10 conselheiros, ainda está acontecendo? **Paulo**
123 **Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** Uhum. Essa também se
124 tu me permitires, eu queria fazer uma contextualização rápida. Então no primeiro momento
125 nós tivemos aquelas recomendações CONANDA, Ministério Público, depois uma resolução do
126 CMDCA no mesmo sentido. E subsidiamos uma consulta com a Procuradoria do Município a
127 respeito da possibilidade sob o aspecto legal. Naquela reunião, a procuradora do município

128 orientou, e acho que é importante destacar essa questão para vocês todos, hoje, por exemplo,
129 a Eduarda, se ela fosse uma conselheira tutelar titular e eu, Paulo, um conselheiro suplente da
130 mesma micro região dela, eu só poderia assumir no lugar da Eduarda na medida em que ela se
131 afastasse, porque, eu ocuparia a vaga da Eduarda. Então, com isso, com esse exemplo de
132 natureza prática, o que ocorre é a necessidade de se criar a vaga efetivamente para que essas
133 pessoas possam ser chamadas. Então no primeiro momento teria que se criar estas 10 vagas.
134 Teria que se criar essa alteração legislativa e já foi discutida, já foi vencida esta fase, digamos
135 assim. E agora então tá na fase de discussão sobre o aspecto político-orçamentário, sobre a
136 repercussão orçamentária dessa convocação. É basicamente isso, Presidente. Tá se discutindo
137 então o impacto econômico destas convocações para que elas possam acontecer devidamente
138 legitimadas pela criação de uma lei ordinária específica. Tá? Basicamente é isso. **Carolina**
139 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
140 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Não, tranquilo, Paulo. Obrigada por, pela
141 explanação. Vamos ao que tange agora urgência, urgentíssimo. Vocês viram ali que eu
142 compartilhei com vocês sobre uma instituição, em que entrou com um pedido. Se eu falar os
143 termos errados, me desculpem, vou tentar. Ele entrou com um pedido de suspensão da
144 dispensa de chamamento público. Acho que é esse o termo, tá? E o que acontece? Ali vocês
145 viram que o texto que saiu da secretaria da SMDS, aprovando, aprovando não, mas permitindo
146 a dispensa de chamamento público, ela saiu com a data errada. Ela saiu com a data de 24 de
147 maio até mais ou menos, de 24 de abril a 02 de maio, sendo este o período da chuvarada,
148 vamos dizer assim, né? E a gente sabe que tanto o decreto de calamidade, quanto a própria
149 chuva, começou depois do dia 02. Então uma das questões foi exatamente isso, em que
150 possibilitou a suspensão, a dispensa do edital do chamamento público. Então, ou seja, se
151 suspendeu tudo, se suspende também o envio das instituições, documentação, se suspende a
152 nossa análise, né? Então, alguns processos já foram para as comissões. Vocês notarem ali que
153 é em relação a este, essa dispensa, vocês podem colocar um tipo um marca-texto, alguma coisa
154 assim, de que está neste momento sem análise, né? Por questão de suspensão, aguardando
155 novas orientações. Tá? E aí eu acho, Iris, que a gente pode mandar daí para essas instituições
156 que enviaram essa resposta também. Tá? Porque daí a gente tem este retorno para as
157 instituições neste momento. Já falei com as instituições pelo grupo de WhatsApp que nós
158 temos junto com o Fórum de Entidades, para as instituições de que neste momento tá suspenso
159 tudo, e a gente tá aguardando. O que a gente vai aguardar, tá? Foi visto agora de manhã que a

160 gente teve uma reunião com a Rochele, com a executiva, e que teve um dos momentos em que
161 a Procuradoria tinha que ter feito mais uma análise. Então, nós vamos enviar então agora para
162 a PMS-7 para ela poder fazer os apontamentos necessários. E aí quando ela retorna com os
163 apontamentos, dizendo: "Ah, não, é uma dispensa". Ok. Isso poderia ser uma dispensa nesta
164 linha. "Não, vai ser um edital de chamamento", aí é nesta linha. Então, qual é a modalidade? E
165 aí então a gente reorganiza o projeto, reorganiza os prazos, reorganiza os critérios e aí
166 republica tudo que tiver que ser republicado, tá? Ou se atualiza o que tiver que ser atualizado
167 ali. Em relação a isso, sobre a dispensa é isto. Alguma dúvida sobre a questão da dispensa?
168 Tranquilo? Então, no segundo momento, nós temos que colocar em votação, na verdade, para
169 análise nossa, né? A questão da solicitação da Instituição Vivi Reis, se ela pode entrar, né? Ou
170 se ela pode fazer parte ou não, e qual o critério em que ela traz também, qual critério que
171 entraria no caso, né? Para poder fazer parte da dispensa de chamamento público, mesmo
172 estando suspenso neste momento, entende? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária**
173 **Municipal da Fazenda – SMF:** É, o que acontece? Eu entendo, e a gente combinou assim de
174 fazer a comunicação, mas neste momento não revogar nada, até que a gente tenha qual é o rito
175 que nós vamos ter que seguir da PMS, né? Porque eu entendo, e daí compartilho com vocês
176 que se a gente revogar, daí eu acho que é pior para as organizações. Então, acho que neste
177 momento aguardamos quais são as instruções e daí a gente vai responder quem receber os
178 processos. Eu acho que a gente pode demandar para a secretaria com um despacho dizendo
179 assim: "Olha, tendo em vista a impugnação", né? Porque a gente tem o processo da
180 impugnação, a gente pode mencionar. Posso até fazer um textinho e compartilhar ali das
181 comissões que tem, e encaminhar ao CMDCA. Acho que fica mais fácil até para a Iris filtrar
182 para quais as organizações que se coloca essa informação. Mas a gente precisa da informação
183 primeiro da PMS. **João da Luz, Fundação O Pão dos Pobres:** Carol, só uma dúvida, essa
184 mesma OSC que pediu o deferimento é a mesma que tá solicitando para fazer parte, das OSCs
185 que foram atingidas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
186 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É. **Rose Ceroni**
187 **Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de**
188 **Porto Alegre – Asafom:** Mas eles não pararam o atendimento, né? E essas que estão no
189 edital, elas vão retomar um atendimento de mais de 10.000 crianças. Eles não pararam. Então,
190 não há muita coerência no que ele tá trazendo nas fotos que ele mostra, né? Porque a mancha
191 vermelha também é por centímetros, conforme a FASC nos orientou, nos explicou, que nem

192 todo mundo vai receber os R\$ 5.100 em razão disso, que cruza dados, cruza conta de luz, o
193 meu CPF, né? Há um cruzamento de dados. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O**
194 **Pão dos Pobres:** Não, acho que é justamente para reforçar isso, essa instituição não está nem
195 na mancha, ela não parou o seu atendimento e se não parou, logo conseguiu retornar,
196 provavelmente com outros recursos. Ela não tem nem por que querer impugnar um edital que
197 tá prejudicando outras tantas organizações. Isso é uma falta de coletividade dessa organização,
198 uma falta de entendimento, de cooperação, justamente para trancar o processo das demais
199 organizações. Inclusive acho que deveríamos fazer uma denúncia contra essa organização no
200 Ministério Público, talvez até por falsidade se ela não está na mancha, não parou os seus
201 atendimentos ou retomou logo na sequência, porque ela conseguiu recursos de outros espaços,
202 não tem nem por que pleitear um edital. É um absurdo uma organização que se diz social
203 entrar com uma impugnação nesse sentido. Acho que aqui, veementemente, a minha repudia
204 como conselheiro, mas também como gestor de organizações sociais diante dessa possível
205 impugnação dessa instituição. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**
206 **Fazenda – SMF:** O que a Rochele falou hoje de manhã, tá? Que uma vez impugnado o edital
207 por dispensa, teria que ser aberto um chamamento. E quem olhar o processo, ele é público, né?
208 Esse processo do projeto que a gente criou. E vocês vão olhar ali nos critérios, o segundo
209 critério é esse: constar em área alagada, devidamente informado pela Defesa Civil. Ou seja,
210 constar na mancha. Então, era um dos critérios. Isso tava ali, né? Conforme o decreto
211 municipal, enfim. **Paulo Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:**
212 Então, uma providência antes de dar a palavra, devolver, Presidente, é que nós temos que
213 autorizar o que diz a parte final aqui desse parecer da ASSETEC, que é declarar impugnado o
214 edital anterior para que haja uma publicação desta impugnação no DOPA, que eu acho que não
215 ocorreu, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
216 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** A publicação do quê, Paulo? **Paulo**
217 **Meira, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS:** A publicação da notícia
218 de impugnação do edital. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
219 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim, foi ontem. É que não
220 é um edital, é uma dispensa de chamamento público. E quem faz essa publicação da dispensa
221 ou do edital é a própria SMDS, compete à secretaria. E secretaria ela atendeu o pedido, foi
222 deferido o pedido e foi publicado o deferimento do pedido pela suspensão do chamamento
223 público, né? Eu só queria poder, aí que o Paulo e a Sônia ali que estão com acesso ao

224 processo, poderiam colocar para mim exatamente o que a gente tem que votar em relação a
225 essa instituição. Porque tem um termo ali. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária**
226 **Municipal da Fazenda – SMF:** Olha só, Carol, eu entendo que a gente não tem que votar
227 nada neste momento. O despacho que está para nós é o despacho da RAJ. O que está ali é
228 aquele que eu vou dar uma olhada, que é o apontamento. Lembra que tu me pediu para olhar?
229 Mas é esse que tem no momento, a ASSETEC mandou para o Licitacom, mas não temos nada,
230 nada, nada, nada. E nada para deliberar neste momento. Por isso que eles só estão mandando
231 para conhecimento da impugnação da dispensa. “Sendo assim, informamos que será publicado
232 no DOPA a revogação da dispensa e encaminhado à PMS para análise”. É isso que tem, então
233 é uma ciência. Seria só dar um polegarzinho ali, ó, naquele. Mas nada mais. Por isso que eu
234 acho que neste momento a gente vai ter que aguardar o que vai vir da PMS, né? E aí, neste
235 momento fica suspenso. A gente vai dar ciência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
236 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
237 **CMDCA:** No documento, na verdade, em que foi encaminhado pela instituição, ali tá pedindo
238 para que a instituição seja incluída. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal**
239 **da Fazenda – SMF:** Mas depois, de posse disso vai vir para nós: Vocês querem incluir, sim
240 ou não? Daí a gente faz isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado**
241 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, mas como tá
242 suspenso, não tem o porquê ser votada a inclusão? **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
243 **Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** Claro. É. **Paulo Meira, Secretária Municipal**
244 **de Desenvolvimento Social – SMDS:** Eu estava olhando aqui a base que sustenta o pedido
245 desta OSC, que seria basicamente que sob pena da nulidade do ato de formalização da parceria
246 prevista na lei, mais por conta da forma, né? Porque ele não obedeceu a parte que dizia que
247 tinha que publicar no site oficial da Prefeitura Municipal, né? E tendo em vista que foi
248 publicado no DOPA, é muito mais um erro de forma do que propriamente um vício talvez, né?
249 E porque tá bem claro ali na Lei 13.019 que nessas situações de calamidade pública, o governo
250 municipal está autorizado ou CMDCA está autorizado a fazer a dispensa do chamamento,
251 justamente por conta desse estado de exceção, que é o estado de calamidade, né? Mas em
252 contrapartida, eu fico pensando também a respeito da eventual punibilidade desta OSC, né?
253 Por conta de falta de empatia, por uma série de aspectos. Mas eu acho que não cabe, viu João?
254 Tô pensando friamente, por mais revoltante que seja, porque o direito não socorre os que
255 dormem. E se existe um momento de impugnação para qualquer pessoa que eventualmente se

256 achar que está diante de uma irregularidade, ele tá exercendo um direito que ele acha que tem,
257 muito embora embaralhe todo o processo como efetivamente tá fazendo, tá? Então. por mais,
258 por maior que seja a nossa consternação em relação ao todo, eu acredito numa leitura mais
259 fria, que não existe nenhuma pena, nenhuma sanção legal que possa ser aplicada a esta OSC aí.
260 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso eu
261 concordo. Eu concordo com o Paulo. Tá certo, tá certo. A gente pode dizer assim: "Olha,
262 recebemos a notícia", porque quando ela diz assim: "Para tomar ciência". Bom, olha, em
263 resposta ao teu despacho o Conselho toma ciência. Aí a gente cria um despacho ali dizendo
264 que a gente requer a urgência, a agilidade. E aí a gente faz assim que isso foi feito a várias
265 mãos, acho que a gente pode puxar a secretaria, que os ritos foram dentro do que a secretaria
266 foi orientando em várias reuniões, junto ao Gabinete do Prefeito. Enfim, até para dar um
267 subsídio para a Procuradoria no momento de responder. **João da Luz, Fundação O Pão dos**
268 **Pobres:** Já foi respondido pelo Paulo e pela Sônia. Acho que é isso aí. Claro que a gente aqui
269 fica, assim, eufórico para tentar dar uma resposta também em alto nível para a instituição, mas
270 ao mesmo tempo uma certa indignação que gera em todos nós, né? Porque a gente tá aqui na
271 defesa da garantia do direito da criança e do adolescente. Mas concordo, acho que a gente tem
272 que seguir o caminho legal, sem sombra de dúvidas, e buscar o mais rápido possível, porque se
273 a instituição não está nem nos critérios, daí ele abre uma brecha para qualquer uma outra
274 instituição também impugnar a qualquer momento. E isso não só para esse rito, para qualquer
275 um outro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
276 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, pelo que eu entendi, a gente
277 não precisa votar nada em relação à instituição, porque o processo já tem este
278 encaminhamento automático quando ele está suspenso neste momento. Então, vamos iniciar
279 novamente todos os trabalhos de conversa com o Secretário, chamamento do Coronel André,
280 conversa com a PMS-7, ASSETEC, Ministério Público e todo mundo. E eu conto com vocês
281 para a gente ir junto nessa articulação, porque a gente precisa não deixar mais do que uma
282 semana, a gente passar para isso aí. Tá? Então, vocês têm algum outro assunto para a nossa
283 plenária? Além de todos esses? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**
284 **Fazenda – SMF:** Comissão de Finanças tem pauta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
285 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
286 **CMDCA:** Então, vamos começar pelas comissões.
287 **- COMISSÃO DE FINANÇAS:**

288 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** Então
289 finanças, vamos lá. Nós temos o Processo 24.0.000048671-6, que é a OSC IPDAI, né?
290 **INSTITUTO PORTO ALEGRENSE DE ARTE E EDUCAÇÃO.** Projeto Abrindo Portas
291 para o Futuro 6, Tocando, Lendo e Preservando. A OSC encaminhou projeto para captação de
292 recursos junto ao Funciança. O projeto foi analisado pela Comissão de Políticas, parecer
293 favorável e encaminhou as respostas, os apontamentos efetuados pela Comissão de Finanças.
294 Trata-se de ação continuada. Os orçamentos de terceiros, por serem officineiros serão
295 apresentados quando formalização do contrato. E considerando que os mesmos não estão
296 contratados neste momento, enquanto a folha de pagamento, são funcionários celetistas. O
297 público mensal atendido será de 200 crianças e adolescentes atendidos na instituição e 540,
298 500 crianças e adolescentes nas demais atividades do instituto. O local de atendimento é a
299 Lomba do Pinheiro de Porto Alegre. Então ela tem as despesas num total de R\$ 450.000,
300 considerando uma retenção então de 5%. E daí o total então é R\$ 472.500. Em análise ao
301 documento apresentado, a comissão de parecer favorável à captação de recursos no valor de
302 R\$ 472.500 com 5% de retenção. Ah, este processo estava sendo analisado pela Luciane, tá?
303 Que é da nossa comissão. Mas hoje pela manhã então ela pediu que a gente avaliasse porque
304 ela estava numa reunião interna. E aí tinha, é importante que se diga aqui que tinha uma
305 divergência. A Luciane entendeu que era 10% de retenção, mas como é uma ação continuada,
306 a nossa resolução 150, ela diz que para ação de continuadas e tudo mais, é 5%. Então, a gente
307 entendeu que é cinco. Alguma dúvida? Não sei se a Luciane quer conversar, né? Porque ela
308 que tava olhando, ela só pediu para a gente finalizar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
309 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
310 **CMDCA:** Alguma outra questão, pessoal? Podemos colocar em votação, então? Quem é
311 favorável, levante a mãozinha. Ok, podem abaixar. Quem é contra, por favor, levante a mão.
312 Alguma abstenção? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Tá? Próximo processo.
313 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** É o Processo
314 24.0.00005933-0. É do **INSTITUTO CULTURAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS.** Projeto
315 Atenção Especial às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Abrigo Emergencial Causada
316 pelas Inundações. Então, esse projeto, esse plano de trabalho foi aprovado pela Resolução
317 052/2024 deste Conselho, para acompanhamento de abrigagem das crianças e adolescentes em
318 abrigos/alojamentos abertos pela necessidade da calamidade pública de enchentes. Ele continha
319 então, o acréscimo de dois veículos, celulares e mais funcionários, né? Isso era um total de R\$

320 98.000. Então, em análise, a comissão verificou. A OSC então, no orçamento físico-financeiro
321 houve uma inversão de rubricas, né? Na análise, a Comissão de Finanças encaminhou à
322 Comissão de Políticas para uma análise desse plano, porque isso não tinha passado ainda pela
323 análise dessa comissão. E em análise ao solicitado, encaminhado pela OSC, considerando a
324 relevância do plano de aplicação proposto e considerando o prazo decorrido e que os abrigos
325 estão sendo desmobilizados, a comissão então é de parecer pelo indeferimento, pois não se
326 caracteriza mais a emergência. Porque a gente também não localizou nenhum termo de
327 fomento para ser aditado aqui. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
328 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
329 **CMDCA:** Alguma dúvida, pessoal? Ok. Então em votação. Quem é favorável ao despacho,
330 por favor, levantar a mão. Ok, podem baixar. Alguém contra? Alguma abstenção? Não.
331 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Próximo processo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**
332 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É o 24.0.000000837-7. **ACM CRUZEIRO DO**
333 **SUL.** A OSC encaminhou um ofício, documento para transferência de valores entre projetos,
334 conforme a planilha abaixo. O valor consta no documento informado de número 2912764, que
335 é um extrato que também está anexado ao processo. Então, Projeto Qualificando a ACM
336 Cruzeiro do Sul 2, aprovado na Resolução 329/2021, Certificado 038 de 2021, com
337 vencimento em 31 de dezembro de 23, para Projeto Qualificando a ACM Cruzeiro do Sul 3,
338 aprovado na Resolução 058/2024, Certificado 011 de 2024, com vencimento em 30 de junho
339 de 2026, no valor de R\$ 70.839,96. Então, em análise ao solicitado a comissão é de parecer
340 favorável à transferência no valor de R\$ 70.839,96. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da**
341 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
342 **Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Não. Então em votação. Quem é favorável,
343 levantar a mão. Ok, podem baixar. Alguém contra? Alguma abstenção? **APROVADO POR**
344 **UNANIMIDADE.** Mais outro processo? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
345 **Municipal da Fazenda – SMF:** Processo 24.0.000062716-6. **LAR SANTO ANTÔNIO**
346 **DOS EXCEPCIONAIS.** Projeto Pagamento de Pessoal do Lar Santo Antônio dos
347 Excepcionais. Então, a OSC encaminha o projeto para captação de recursos com a finalidade
348 de pagamento de folha de pagamento dos funcionários, para atendimento aos acolhidos na
349 instituição, a qual necessita de atendimento direto qualificado. O projeto está no despacho
350 28830695 e indevidamente registrado como procuração responsável técnico ou ata de posse,
351 cabendo a retificação de parte da secretaria do CMDCA. O valor do projeto é de R\$

352 3.085.040,00, sem retenção, de acordo com a nossa Resolução de 150/2022 deste Conselho,
353 pois trata-se de atendimento direto ao acolhimento. O público atendido são 47 crianças e
354 adolescentes, né? E aí eles colocaram e adultos em situação de abandono, negligência familiar,
355 órfãos em situação socioeconômica precária, sem condições de prestar qualquer colaboração
356 para a entidade, oriundos de Porto Alegre e outros municípios. Parecer da Comissão de
357 Políticas foi favorável. Então, em análise ao projeto, embora seja a manutenção da OSC, diante
358 do serviço prestado ser de grande responsabilidade e relevância ao Município de Porto Alegre,
359 a comissão é de parecer favorável à captação sem retenção pelo atendimento direto ao
360 acolhimento. Alguma dúvida? Só que eu também achei estranho. **Carolina Aguirre da Silva,**
361 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
362 **do CMDCA:** Deixa eu só entender. Qual é o parecer de vocês? **Sônia Rejane dos Santos**
363 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É favorável, né? Só que ele é folha de
364 pagamento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
365 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aí, gente, pelo amor de Deus! **Sônia**
366 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, vou fazer o meu
367 voto assim. Hoje pela manhã conversamos. Isso para mim não é projeto. **Carolina Aguirre da**
368 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –**
369 **Presidente do CMDCA:** Não é um projeto isso, gente! Isso passou pela Comissão de
370 Políticas como, gente? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**
371 **– SMF:** Passou pela Comissão de Políticas e foi favorável. Isso hoje pela manhã a gente
372 debateu também. Passou e foi favorável à captação. E é folha de pagamento. **Carolina**
373 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
374 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. Assim, com respeito a todos vocês, tá? Isso é
375 tudo o que a gente falou até agora. Não, gente, não tem como. Não pode um projeto ou uma
376 atividade ser unicamente, eu não digo nem unicamente. Até o título do projeto é para
377 pagamento de folha. Não, gente. Não dá. Não pode. A gente tem que qualificar. Nós estamos
378 num processo de transição, toda aquela fala que a gente já faz, então. Mas de qualquer forma,
379 a gente não pode fazer um projeto cru e nu desta forma. Eu queria ouvir vocês. Eu queria
380 ouvir a Comissão de Políticas. É, impossível? Não, não é, não, não sou só eu nessa linha, pelo
381 amor de Deus, né? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**
382 **SMF:** Mas assim, Carol, hoje a gente debateu exatamente isso na nossa comissão, porque a
383 gente ficou assim: "Tá, mas tanto que o nome não é projeto". Isso é a primeira coisa, não é

384 projeto, porque o nome do projeto já diz, né? Mas eu também, a gente ficou na dúvida. A
385 gente só olhou o valor, tá? A gente só olhou daí a parte financeira. A gente daí nem entrou.
386 **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do**
387 **Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Carol, o que a gente, enquanto conselheiros
388 entendemos, foi aprovada uma carta de captação. A instituição foi lá e captou, tá? Foi lá,
389 buscou o recurso. Como agora, quando ela pede o recurso, a gente diz que não, né? E outra,
390 acho que as instituições, elas não tiveram a mesma formação que esta gestão teve de falar,
391 porque o próprio modelo do edital me diz: "Manutenção de programas, serviços e projetos".
392 Ninguém disse que tinha que, "Olha, eu tenho que colocar a intenção assim", né? Então, eu
393 acho que também tá faltando da parte nossa, enquanto, enquanto CMDCA, fazer as
394 formações, esclarecer para a sociedade, porque o empresário, quando ele, ele investe, ele
395 conhece a instituição. Ele foi lá, ele visitou e ele, claro, também tá recebendo um incentivo
396 fiscal. Ninguém tá dizendo nada contra isso. Só que como é que aprovam a carta e depois diz
397 que eu não vou pagar? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda**
398 **– SMF:** Não, mas aqui, nós vamos aprovar a carta. Ela aqui ainda não tá aprovada. **Frei**
399 **Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** O que eu acho
400 que o Conselho também deveria se manifestar, na luta que o João tá aí, que é do FAI, a Lisete,
401 quem mais que trabalha, que a própria Sandra falou, né? Esses projetos, digo projetos, esses
402 programas de atendimento que são para acolhimento institucional com PCDs, eles deveriam ter
403 um olhar, eu acho até lamentável que um trabalho tão complexo, ainda a instituição tem que
404 gastar tanta energia para captar recurso para algo que é de direito e quem deveria manter é o
405 poder público como prioridade absoluta, né? Então, a Sandra deixou muito bem claro, eu
406 discuti várias vezes, por que as instituições pedem projetos que chamam de manutenção?
407 Porque hoje, lamentavelmente, como tá constituído a política para a criança e adolescente, se é
408 para atender 15 crianças que a FASC repassa, como é que uma instituição tem um atendimento
409 tão complexo tem que sempre estar com pires na mão, correndo, fazendo campanhas, bazar,
410 tentando sensibilizar uma ou outra pessoa para um atendimento que já exige tanto da
411 instituição pela complexidade que é o atendimento. Eu já tô há 20 anos trabalhando com
412 acolhimento, o João tá aqui também, e a gente pode testemunhar, Lisete também, que trabalha
413 há tantos anos, é o trabalho 24 horas por dia, 365 dias por ano e num nível de exigência e de
414 cobrança. Agora há poucos dias, o João lá viveu um óbito de uma das adolescentes lá
415 cuidadas. É um sofrimento muito grande, uma atenção e aí, um atendimento depender de uma

416 carta de captação para poder manter. Então, eu tenho dito que nós temos que fazer um
417 enfrentamento mais sério dessas políticas que são tão importantes que acontecem na nossa
418 cidade. E também se tem criança de outro município, provocar os outros municípios também
419 ajudar na manutenção para dar uma tranquilidade para poder fazer um bom atendimento nesses
420 espaços, né? Então, fica o meu registro aí. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**
421 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
422 **CMDCA:** Eu quero só trazer duas coisas. Assim, uma das questões, concordo de que a
423 precarização, vamos dizer assim, de serviços se torna muito mais viável, somente a cobrança
424 para que a gente faça do pouco o muito, né? Então, é pouco recurso para que a gente faça o
425 todo. E até por parte do próprio Ministério Público. Se o Ministério Público sabe que o curso
426 é esse o valor que tá sendo passado para vocês, e ele exige “x” profissionais, ele poderia
427 trabalhar junto para que viesse esse recurso de forma integral, né? E da onde, não sei, né?
428 Então, aí é outro detalhe. Mas o que eu quero falar para vocês é sobre o projeto, sem ser o
429 nome da instituição, sem ser o tipo de serviço que a instituição faz. Esquece o nome da
430 instituição, esquece o serviço, esquece até o valor do projeto. Eu quero falar para vocês é que
431 nós não podemos mais ter um projeto com nome de pagamento de funcionários. Nós não
432 podemos mais ter um projeto que não trabalhe a questão, as questões de política pública, que é
433 o que nós estamos tentando fazer já em algum momento. Concordo com a Rose que tá
434 faltando formação para as instituições. Mas a gente pode orientar as instituições, como a gente
435 tem feito 10.000 vezes com várias instituições. Semana passada a gente foi lá no Via Vida
436 fazer uma visita *in loco* para poder orientar. Então, a gente olhou quantas vezes, a gente
437 sentou com outra instituição, Santa Casa, e olha, então assim, a gente tem que fazer esse vai e
438 volta. Agora a gente passar um projeto, uma carta de captação em plena transição, em pleno
439 momento que a gente tá revendo, não tem como, gente. Tá? Não tem como mesmo. Tá?
440 Assim, ó, acho que não há como passar esse projeto. A minha sugestão é que esse projeto
441 volte para a Comissão de Políticas, a Comissão de Políticas chame essa instituição, peça para
442 adequar o projeto, porque esse projeto desta forma não vai passar. Tá? Então, assim, para a
443 gente poder trabalhar de uma única forma. Uma coisa são cartas de captação de dois anos atrás
444 e que estão nessa linha. Outra é uma carta de captação que tá chegando agora e que vai chegar
445 na, não, daí não tem como. Aí tudo o que a gente tá estudando e discutindo até agora é por
446 água abaixo. Comissão de Políticas e, não é, o João, depois a Comissão de Políticas. **Lisete**
447 **Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da**

448 **Criança e do Adolescente:** Então, nós, enquanto Comissão de Políticas e Comissão de
449 Finanças vamos ter que sentar, conversar de como orientar essas instituições. [Inaudível –
450 instabilidade internet]. Nós temos que ter tudo muito claro entre as comissões. Eu vou pedir
451 que a gente atenda juntos o Santo Antônio. [Falas concomitantes]. **Sônia Rejane dos Santos**
452 **Vieira, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** Perfeito. A gente vai pedir uma reunião
453 com a OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
454 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Deixa eu só colocar uma questão para
455 que não haja dúvida. Não é proibido pela 13.019 o pagamento de funcionários. Não é
456 proibido. Não pode no Conselho? Pode. Só que o funcionário, ele tem que estar vinculado a
457 um projeto ou uma atividade para crianças e adolescentes. Se tu fizer o projeto bonito,
458 redondinho e ali dentro tiver o funcionário, não há problema nenhum. **Lisete Aparecida da**
459 **Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do**
460 **Adolescente:** Mas está, está, se tu ler o projeto, se tu ler o projeto nosso, tu vai descrever por
461 que é necessário a fisioterapia, por que é necessário o médico, por que é necessário o fono. Ali
462 tá descrito no contexto do acolhimento, que é um serviço diferenciado a necessidade de
463 profissional, bem-estar, diminuição de internação, diminuição de óbito, qualidade de vida,
464 qualidade para adaptar, entendeu? Isso tá tudo posto no projeto. **Carolina Aguirre da Silva,**
465 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
466 **do CMDCA:** Ok. Então, se está tão claro assim, então talvez tenha que só mudar o nome do
467 projeto. Entende? Talvez adequar alguma questão do projeto, para ficar mais claro e dentro do
468 projeto. E novamente, eu oriento e acho que tem que voltar para a Comissão de Políticas, a
469 Comissão de Políticas poder rever o seu parecer e ver dentro do que a gente já está
470 trabalhando até agora. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretária Municipal da Fazenda**
471 **– SMF:** Tá. A gente devolve ali. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos**
472 **dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre:** Sônia, importante assim também,
473 quando chegar o projeto, as comissões também conversarem uma com a outra, né? A gente
474 pode se aproximar mais, né? Não precisa nem ir para a plenária, antes de ir para a plenária a
475 gente tinha essa prática. Eu acho que temos que retomar, é bem importante, né? Afinal de
476 contas, são as três comissões que estão aqui no Conselho e que analisam, né? Em relação a
477 isso, a gente questionou na nossa comissão, né? Mas assim a gente não entrou em detalhes de
478 valores, né? Por causa que compete à Comissão de Finanças, mas ficou, nos bateu a questão
479 do título. Inclusive eu escrevi, coloquei entre aspas, né? Esse título desse projeto, tá? Mas ao

480 mesmo tempo a gente também não quer deixar a instituição esperando, né? Que possa tá
481 encaminhando, dando continuidade, mas vamos fazer isso sim, tá? **Sônia Rejane dos Santos**
482 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, mas eu acho que o encaminhamento
483 a gente, eu devolvo e a gente se coloca à disposição para fazer uma, uma reunião para orientar.
484 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
485 **Caimc (Topogigio):** É a gente aproximar as duas comissões. Eu lembro como a gente tinha
486 uma comissão, não me lembro o nome agora. Mista. A gente tinha uma comissão mista que era
487 alguém da políticas e da finanças trabalhando junto. Talvez a gente tenha que reativar, né?
488 Podemos encaminhar? Então é isso, Sônia. Vamos reencaminhar, tá? **Sônia Rejane dos**
489 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tá, o encaminhamento é esse,
490 mas a Ivana tem mais um processo da Comissão de Finanças. **Carolina Aguirre da Silva,**
491 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
492 **do CMDCA:** Tá. Por favor. **Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto Alegre –**
493 **CEPA:** Ok. É o Processo 24.0.000026961-8. É um projeto da **FUNDAÇÃO DE**
494 **EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESPORTE CLUBE INTERNACIONAL, FECI.** A OSC,
495 Fundação de Educação e Cultura do Esporte Clube Internacional, FECI, solicita aprovação do
496 Projeto Interagir 5 para captação de recursos. O projeto tem por objetivo promover a
497 educação através do esporte e da cultura e o desenvolvimento de capitais sociais que
498 possibilitem a crianças e adolescentes atendidos no projeto e suas respectivas famílias a
499 superarem sua condição de, de vulnerabilidade social. Atende atualmente 99 crianças e
500 adolescentes com idade entre 6 e 14 anos e 11 meses, mas pretende com o projeto atender 300
501 beneficiários se captar o valor pretendido. E o valor total do projeto é R\$ 3.809.328,16. O
502 encaminhamento da comissão. A Comissão de Finanças é de parecer favorável à emissão de
503 carta de captação para o projeto Interagir cinco, no valor de R\$ 3.809.328,16, com retenção
504 de 5%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**
505 **– Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Então, em processo de
506 votação, quem é favorável? Abstencões? Contrários? **APROVADO POR UNANIMIDADE.**
507 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Era isso da
508 Comissão de Finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**
509 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Obrigada. Comissão de Registros? Não estou
510 ouvindo. Não tem nada? Acho que caiu. Travou para mim, gente. Vocês, travaram? Não tem
511 processos para a plenária de hoje. Comissão de Políticas, alguma coisa para trazer? **Lisete**

512 **Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da**
513 **Criança e do Adolescente:** Não, só analisamos alguns processos. **Carolina Aguirre da Silva,**
514 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
515 **do CMDCA:** Então, tá. Mais algum outro assunto, pessoal, para a gente trabalhar hoje? Tá,
516 gente, é isso? Muito obrigada então a todos e continuaremos.

517 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
518 Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
519 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.